

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA

LAIS LOURENÇO BATISTA

**BAIXO NÍVEL EM LEITURA ENTRE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE
ENSINO DE MARINGÁ: UM DESAFIO A SER ENFRENTADO**

MARINGÁ

2014

LAIS LOURENÇO BATISTA

**BAIXO NÍVEL EM LEITURA ENTRE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE
ENSINO DE MARINGÁ: UM DESAFIO A SER ENFRENTADO**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado ao Curso de Pedagogia,
como requisito parcial para cumprimento
das atividades exigidas na disciplina do
TCC.

Orientação: Profa. Dra. Ruth Izumi
Setoguti

MARINGÁ

2014

LAIS LOURENÇO BATISTA

**BAIXO NÍVEL EM LEITURA ENTRE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO
DE MARINGÁ: UM DESAFIO A SER ENFRENTADO**

Artigo apresentado à Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para a conclusão do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, sob a orientação da professora doutora Ruth Izumi Setoguti.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Ruth Izumi Setoguti
(Universidade Estadual de Maringá)

Prof. Dr. Luiz Carlos Faria da Silva
(Universidade Estadual de Maringá)

Profa. Ms. Tatiane Marina dos Anjos Pereira
(Faculdade Instituto Superior de Educação no Paraná)

BAIXO NÍVEL EM LEITURA ENTRE ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE MARINGÁ: UM DESAFIO A SER ENFRENTADO

Lais Lourenço Batista ¹

Ruth Izumi Setoguti²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar e discutir o desempenho dos alunos de escolas municipais e estaduais de Maringá em leitura na Prova Brasil dos anos de 2007, 2009 e 2011. A proposta visa contribuir com o debate acerca da qualidade do ensino, uma vez que verifica se as escolas públicas estão de fato formando alunos com habilidades adequadas em leitura ou se estão formando futuros analfabetos funcionais. Tal preocupação se justifica com base em dados do Índice Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF), os quais atestam que atualmente no Brasil apenas uma a cada quatro pessoas é plenamente alfabetizada, sendo, portanto, três delas consideradas analfabetas funcionais. Desse modo, por meio deste estudo pretende-se despertar a atenção do curso de Pedagogia da UEM, de formuladores de políticas públicas, de profissionais da educação e principalmente de professores alfabetizadores de Maringá para a questão do analfabetismo funcional no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização; Ensino Público; Analfabetismo Funcional.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze and discuss the reading performance of students in state and municipal schools of Maringa in "Prova Brasil" in the years 2007, 2009 and 2011. The proposal aims to contribute to the debate about the quality of education, since it verifies if public schools are actually forming students with adequate skills in reading or are forming future functional illiterates. Such concern is justified based on data from the National Functional Literacy Index (PI), which shows that currently in Brazil, only one in four people is fully literate, and therefore, three of which are considered functionally illiterate. Thus, through this study is intended to arouse the attention of UEM Pedagogy course, the policymakers, professional education and especially literacy teachers from Maringa to the issue of functional illiteracy in Brazil.

KEYWORDS: Literacy, Public Schools, Functional Illiteracy.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá.

² Professora Doutora do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá.

INTRODUÇÃO

Neste Trabalho de Conclusão de Curso são analisados dados da Prova Brasil dos anos de 2007, 2009 e 2011. O objetivo é investigar e refletir acerca da qualidade leitora dos alunos de escolas municipais e estaduais de Maringá-PR. A pesquisa tem como foco analisar a proporção de alunos que ficou abaixo do mínimo esperado em leitura de cada escola pública, tanto municipal (5º ano) quanto estadual (9º ano).

Para tanto, inicialmente são apresentados alguns esclarecimentos referentes às avaliações que têm sido realizadas na educação brasileira. Chamadas de avaliações em larga escala ou avaliações externas, tais iniciativas possibilitam informações importantes para a implementação ou manutenção de políticas educacionais. São, portanto, diagnósticos que merecem atenção, o que justifica sua abordagem neste TCC.

Além de esclarecimentos sobre as avaliações educacionais, são apresentados inicialmente dados referentes à alfabetização brasileira. Preocupam as informações sobre a alfabetização de crianças nas séries iniciais do Ensino Fundamental, alerta que justifica a análise realizada ao longo do trabalho.

Na sequência, a pesquisa explora dados que atestam o nível de leitura dos alunos das escolas públicas da cidade de Maringá. Os índices suscitam algumas reflexões sobre o ensino que é realizado, seus limites e suas possibilidades. Com base em números, é pensada toda uma ação educativa que é colocada em prática no Brasil.

Finalmente, são discutidos os desafios que envolvem a alfabetização no contexto atual. Exigências internacionais tornam necessárias políticas educacionais para que ocorram melhorias na qualidade da educação brasileira, inclusive no que se refere aos cursos que preparam profissionais da educação, os quais exigem mudanças significativas em seu currículo.

Atualmente, na chamada sociedade do conhecimento, é imprescindível que aconteça uma alfabetização plena. Isso porque é por intermédio da linguagem que o homem se comunica, se expressa, tem acesso à informação, defende pontos de vista, partilha visões de mundo e produz conhecimento. Logo, no processo de alfabetização a criança necessita adquirir competências básicas para o processo de leitura e escrita.

ALFABETIZAÇÃO E LEITURA: BREVE PANORAMA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A alfabetização de crianças nas séries iniciais do Ensino Fundamental da educação brasileira apresenta resultados preocupantes, conforme se pode conferir nas avaliações em larga escala, também chamadas de avaliações externas. Essas avaliações têm a finalidade de monitorar o sistema educacional para fornecer subsídios a gestores, diretores, professores e ao mesmo tempo prestar contas à sociedade e aos pais dos alunos.

O Brasil conta com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), a Prova Brasil, avaliação esta que oferece o mais completo e detalhado retrato da qualidade do aprendizado nas redes públicas de ensino do Brasil. A Prova Brasil é aplicada a alunos do 5º e no 9º ano do Ensino Fundamental, de escolas públicas municipais, estaduais e federais, cujo número mínimo de alunos matriculados não seja inferior a 20.

As avaliações em larga escala têm uma matriz de avaliação definida, ou seja, em todas as escolas do país é aplicada a mesma prova, com as mesmas questões objetivas, para assim ter um resultado mais preciso. Essas avaliações voltadas para a realização de políticas educacionais que procuram a melhoria da qualidade da educação nas escolas. Elas verificam a efetividade dos sistemas de ensino, para que assim tenham condições de atingir um desempenho aceitável perante a sociedade.

A avaliação educacional é um sistema de informações que tem como objetivos fornecer diagnóstico e subsídios para a implementação ou manutenção de políticas educacionais. Ela deve ser concebida também para prover um contínuo monitoramento do sistema educacional com vistas a detectar os efeitos positivos ou negativos de políticas adotadas. (KLEIN, 1995, p. 29).

Em 2012 foi realizada a Prova ABC, avaliação essa que faz o diagnóstico da alfabetização no Brasil. A avaliação é composta por 20 questões de múltipla escolha e uma redação. O resultado obtido foi que entre as crianças que concluíram o 3º ano do Ensino Fundamental, apenas 56,1% aprenderam o mínimo esperado em leitura e

escrita, ou seja, 43,9% desses alunos estão no caminho para tornar-se futuros analfabetos funcionais.

Os níveis de alfabetismo da população adulta brasileira são preocupantes, segundo o Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF). Em 2011, o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa publicaram um relatório contendo análises e interpretações dos resultados das mensurações dos níveis de alfabetismo, que são classificados em quatro níveis.

O primeiro, chamado de **Analfabeto**, inclui pessoas que não têm a capacidade de realizar tarefas simples, como a leitura de um texto pequeno, apesar de algumas delas conseguirem decifrar números familiares, como telefone e preços. O segundo nível é o **Rudimentar**, no qual estão aquelas pessoas que conseguem localizar em um texto curto informações explícitas e manusear o dinheiro.

No terceiro nível, o **Básico**, são classificadas as pessoas consideradas funcionalmente alfabetizadas, ou seja, que apresentam habilidade para a leitura e compreensão de textos de média extensão, conseguem localizar informações recorrendo, se necessário, a inferências, leem números na casa dos milhões, resolvem problemas que envolvem operações simples e apresentam noção de proporcionalidade. Suas limitações, no entanto, residem no fato de apresentar dificuldade para realizar operações que exijam maior número de elementos, etapas ou relações.

O quarto e último nível é o **Alfabetizado Pleno**, grupo de pessoas que compreendem, interpretam e avaliam textos sem dificuldades, ou seja, leem textos mais longos, analisam e relacionam suas partes, comparam e avaliam as informações, distinguem fato de opinião, realizam inferências e sínteses.

As análises realizadas com base nos dados dos níveis de alfabetismo por escolaridade da população brasileira no INAF (2011) evidenciam que ser escolarizado não implica estar alfabetizado plenamente, e que mesmo pessoas com ensino superior podem não dominar adequadamente a língua portuguesa. Na tabela abaixo é possível verificar que, entre a população com ensino superior, 4% estão no nível Rudimentar e 34% no nível Básico, ou seja, 38% estão em níveis aquém do esperado.

Tabela 1: Nível de alfabetismo da população de 5 a 64 anos por escolaridade (2011).

NÍVEIS	ESCOLARIDADE			
	Ensino Fundamental I	Ensino Fundamental II	Ensino Médio	Ensino Superior
Analfabeto	8%	1%	0%	0%
Rudimentar	45%	25%	8%	4%
Básico	43%	59%	57%	34%
Pleno	5%	15%	35%	62%

Fonte: INAF, Brasil 2011.

Dos alunos que concluíram os anos iniciais do Ensino fundamental em 2011, 43% foram considerados alfabetizados, porém apenas 5% estão em nível pleno de alfabetização, ou seja, uma parcela mínima dos alunos está apta a ler. Já nos anos finais do Ensino Fundamental a situação se agrava ainda mais, com um total de 15% de alunos no nível pleno de alfabetização, e grande parte dos alunos (59%) encontra-se no nível básico de alfabetismo. No ensino superior completo, apenas 62% dos alunos são capazes de ler e compreender diversos tipos de textos, realizar sínteses e fazer inferências, ou seja, estão no nível pleno de alfabetismo, e em contrapartida 38% são analfabetos funcionais.

Um dos dados revelados pelo INAF que causa preocupação ainda maior é o fato de esse indicador ter captado uma tendência de queda, entre 2001 e 2011, no número de pessoas alfabetizadas plenamente.

O efeito da diminuição das habilidades adquiridas ao longo da escolaridade básica se reflete também no nível superior. Nesse grupo, mantém-se a tendência observada anteriormente: cresce a proporção de brasileiros que chega ao ensino superior, mas reduz-se o desempenho médio do grupo. Com efeito, a proporção de alfabetizados em nível pleno caiu 14 pontos percentuais (de 76% para 62%) ao longo do período 2001-2011. (INAF, 2011, p.12).

O Relatório final do **Grupo de Trabalho Alfabetização Infantil**, um dos mais importantes documentos produzidos nas últimas décadas sobre a alfabetização infantil no Brasil, divulgado em 2007, foi elaborado para apresentar evidências científicas, teorias e práticas estabelecidas por outros países, como Inglaterra, França e Estados Unidos no tocante à alfabetização. Tal relatório foi elaborado por

um notável grupo de especialistas de diversos países a pedido da Câmara de Deputados. Esses especialistas são Cláudia Cardoso-Martins, Ph. D. em Psicologia (Brasil); Fernando Capovilla. Ph. D. em Psicologia Experimental (Brasil), João Batista Araújo e Oliveira, Ph. D. em Pesquisa Educacional (Brasil), Jean-Emile Gombert, Doutor em Psicologia Genética (França); José Carlos Junca de Moraes, Doutor em Ciências Psicológicas (Portugal), Marilyn Jaeger Adarns. Ph. D. em Psicologia Cognitiva e do Desenvolvimento (Estados Unidos), e Roger Beard. Ph. D. em Psicologia (Inglaterra).

De acordo com o Relatório, a educação brasileira apresenta dois problemas crônicos, sendo eles: a má alfabetização infantil e a dificuldade que o Brasil tem em usar para a melhoria de sua educação os dados de conhecimentos científicos.

O fracasso na alfabetização no Brasil pode ser evidenciado pelos resultados do SAEB, da Prova Brasil e do PISA.

[...] 60% dos brasileiros são analfabetos funcionais, ou seja, embora conheçam o alfabeto não sabem fazer uso adequado dele no seu dia a dia. As pesquisas anuais do Instituto Montenegro vão na mesma direção: um pouco mais de 30% das pessoas que circulam pelas ruas compreendem o sentido de textos simples. (OLIVEIRA, 2009, p. 2).

Somente a implantação da avaliação em larga escala não resolve o problema da qualidade da educação, pois sua função é indicar a natureza dos problemas para assim fundamentar o debate sobre as políticas educacionais. Percebemos que em todas as edições das avaliações em larga escala o desempenho de estudantes brasileiros em leitura sistematicamente revela-se baixo. Os números apresentados na Tabela 1 preocupam, sobretudo considerando as exigências do atual contexto, no qual para o cidadão ter plena inserção na sociedade letrada é necessário o domínio de habilidades exigidas no Alfabetismo Pleno.

Assim, ter como prática a leitura de livros, contribui para o desenvolvimento do conhecimento, o que torna necessário que os alunos façam da leitura um hábito, de preferência um ato prazeroso, não se restringindo tão somente à leitura exigida pela escola.

NÍVEL DE LEITURA DOS ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS DOS 5^oS E 9^oS ANOS DE MARINGÁ

Dados gerais sobre o município de Maringá

Maringá, cidade com pouco mais de 60 anos, é a 3ª maior do Paraná, localizada a noroeste do estado, com 357.077 habitantes, de acordo com o IBGE (2010). Encontra-se em 2º lugar no ranking estadual dos municípios paranaenses com a maior renda média domiciliar per capita. De acordo com o Censo de 2010, perde apenas para a capital, Curitiba, chegando a uma renda familiar de R\$ 1.159,97. Em 10 anos, Maringá avançou 35 posições no ranking nacional, e hoje se encontra entre as 40 cidades brasileiras com a maior renda média domiciliar per capita.

Maringá é um polo educacional, conta com uma Universidade e oito faculdades. A UEM foi reconhecida em 1968. Possui 31 cursos de graduação no campus de Maringá, e mais 15 cursos em Goioerê, Cianorte, Cidade Gaúcha e Umuarama. O campus sede possui mais de 1 milhão de m² e a comunidade universitária é formada por mais de 20 mil pessoas.

As outras oito faculdades que reforçam o polo educacional da cidade são: Unicesumar, Unifamma, Uningá, Faculdades Maringá, Faculdade Alvorada, Faculdade Tecnológica América do Sul, Faculdade Cidade Verde (FCV) e Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC), atraindo estudantes de todo o país. Fator que movimenta não apenas os meios acadêmicos, mas também a economia da cidade e região.

De acordo com dados do site da Secretaria Municipal de Educação de Maringá (SEDUC), a cidade conta com 49 escolas municipais, essas mantidas pela prefeitura de Maringá com o apoio do governo do Estado do Paraná. Tais escolas atendem cerca de 7.000 alunos matriculados do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. O site da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, por sua vez, informa que Maringá conta com 34 escolas estaduais, essas mantidas pelo Governo do Paraná, mas não mostra a quantidade de alunos que frequentam essas instituições.

No total, seriam analisadas 83 escolas do município, porém, apenas 70 escolas participaram da Prova Brasil, sendo 39 municipais (Tabela 1), e 31 estaduais (Tabela 2).

Tabela 1: Escolas Municipais.

ESCOLAS MUNICIPAIS	
1. Angela Vergínia Borin	20. Padre Pedro Ryô Tanaka
2. Ariovaldo Moreno	21. Paulo Freire
3. Ayrton Playsant	22. Pion. Jesuína de Jesus De Freitas
4. Campos Salles	23. Pion. Manuel Dias da Silva
5. Célestin Freinet	24. Pioneira Mariana Viana Dias
6. D. Angelina L. Meneguetti	25. Prof. Agmar dos Santos
7. Dep. Dr. Ulysses Guimarães	26. Prof. José Anicetto
8. Diderot Alves Rocha Loures	27. Prof. José Marchesini
9. Dona Lázara R. Vilela	28. Prof. Lidia Ribeiro Dutra Da Silva
10. Dr. Helenton Borba Cortes	29. Prof. Midufo Vada
11. Dr. João Batista Sanches	30. Prof. Milton Santos
12. Dr. Luiz Gabriel G.Sampaio	31. Prof. Mirian Leila Palandri
13. Dr. Osvaldo Cruz	32. Prof. Nadyr Maria Alegretti
14. Gabriela Mistral	33. Prof. Odete Alcantara Rosa
15. Maestro Aniceto Matti	34. Prof. Piveni Piassi Moraes
16. Octávio Periotto	35. Prof ^a . Benedita Natália Lima
17. Odete Ribaroli Gomes De Castro	36. Renato Bernardi
18. Olga Aiub Ferreira	37. Rosa Palma Planas
19. Oscar Pereira dos Santos	38. Ruy Alvino Alegretti
20. Padre Pedro Ryô Tanaka	39. Zuleide Sanways Portes

Fonte: QEdU, 2014.

Tabela 2: Escolas Estaduais.

ESCOLAS ESTADUAIS	16. João XXIII
1. Adaile M. Leite	17. Juscelino K. de Oliveira
2. Alberto J. Byington Jr	18. Marco Antônio Pimenta
3. Alfredo Moisés Maluf	19. Presidente Kennedy
4. Aplicação Pedagógica (CAP) - UEM	20. Parque Itaipu
5. Branca da Motta Fernandes	21. Rodrigues Alves
6. Brasílio Itibere	22. Rui Barbosa
7. Dirce A Maia	23. Santa Maria Goretti
8. Doutor Gastão Vidigal	24. Silvío M. de Barros
9. Duque de Caxias	25. Tancredo Almeida Neves
10. Parque Itaipu	26. Tania V. Ferreira
11. Elvira Balane Santos	27. Tomas E. de A. Vieira
12. Ipiranga	28. Theobaldo M. Santos
13. Instituto de Educação de Maringá	29. Unidade Polo
14. José Geraldo Braga	30. Vital Brasil
15. João de Faria Pioli	31. Vinicius de Moraes

Fonte: QEDu, 2014.

As escolas estaduais são mantidas pelo Governo do Estado do Paraná e as escolas municipais pela prefeitura de Maringá. As instituições atendem a população em idade escolar de Maringá e região, como Sarandi e Paiçandu.

De acordo com o INAF, no ano de 2011 apenas um em cada quatro brasileiros conseguia entender todas as informações que um texto traz, ou seja, está alfabetizado plenamente. Essa realidade da alfabetização brasileira nos fez refletir sobre a qualidade da alfabetização na cidade de Maringá, inclusive no que se refere aos riscos de criar futuros analfabetos funcionais, pois de acordo com a UNESCO, para uma pessoa ser denominada de analfabeto funcional, ela precisa já estar com 15 anos de idade.

Para melhor compreensão da situação da alfabetização das crianças e adolescentes matriculados no 5º e 9º ano do Ensino Fundamental nas escolas municipais e estaduais de Maringá, foram levantados os índices de alfabetização dos anos de 2007, 2009 e 2011 na Prova Brasil.

Apresentamos os dados que se referem a alunos dos 5^{os}anos das escolas municipais de Maringá que atingiram o mínimo esperado em leitura na Tabela 3.

Tabela 3: Percentual de alunos que atingiram o mínimo esperado em leitura no 5º ano das escolas municipais.

ESCOLAS MUNICIPAIS	5º ANO		
	2007	2009	2011
1. Angela Vergínia Borin	25%	54%	50%
2. Ariovaldo Moreno	29%	54%	45%
3. Ayrton Playsant	45%	74%	73%
4. Campos Salles	38%	75%	50%
5. Célestin Freinet	38%	57%	62%
6. D. Angelina L. Meneguetti	39%	55%	51%
7. Dep. Dr. Ulysses Guimarães	33%	49%	51%
8. Diderot Alves Rocha Loures	40%	54%	49%
9. Dona Lázara R. Vilela		29%	47%
10. Dr. Helenton Borba Cortes	23%	55%	44%
11. Dr. João Batista Sanches	31%	54%	61%
12. Dr. Luiz Gabriel G.Sampaio	37%	54%	60%
13. Dr. Osvaldo Cruz	62%	69%	60%
14. Gabriela Mistral	34%	48%	70%
15. Maestro Aniceto Matti	32%	42%	50%
16. Octávio Periotto	46%	28%	56%
17. Odete Ribaroli Gomes De Castro	81%	55%	76%
18. Olga Aiub Ferreira	23%	51%	28%
19. Oscar Pereira dos Santos	37%	51%	57%
20. Paulo Freire	27%	58%	52%
21. Pion. Jesuína de Jesus De Freitas	26%	44%	53%
22. Pion. Manuel Dias da Silva	54%	50%	51%
23. Pioneira Mariana Viana Dias	22%	44%	65%
24. Prof. Agmar dos Santos	24%	73%	64%
25. Prof. José Anicetto			64%
26. Prof. José Marchesini	46%	67%	70%
27. Prof. Lidia Ribeiro Dutra Da Silva	31%	57%	61%
28. Prof. Midufo Vada	47%	67%	61%

29. Prof. Milton Santos	45%	46%	81%
30. Prof. Mirian Leila Palandri	40%	79%	73%
31. Prof. Nadyr Maria Alegretti	39%	65%	54%
32. Prof. Odete Alcantara Rosa	32%	45%	79%
33. Prof. Piveni Piassi Moraes	39%	49%	56%
34. Profª. Benedita Natália Lima	14%	42%	29%
35. Renato Bernardi	31%	43%	55%
36. Rosa Palma Planas	65%	60%	82%
37. Ruy Alvino Alegretti		46%	61%
38. Zuleide Sanways Portes		48%	72%

Fonte: QEdU, 2014.

Das 38 escolas analisadas nos anos de 2007, 2009 e 2011, 23 instituições apresentaram índices acima de 50% no último ano da avaliação de alunos considerados aptos a ler no 5º ano do Ensino Fundamental.

As 23 escolas municipais são: Angela Vergínia Borin, Ayrton Playsant, Célestin Freinet, Deputado Doutor Ulysses Guimarães, Angelina L. Meneguetti, Doutor João Batista Sanches, Doutor Luiz Gabriel Guimarães Sampaio, Doutor Osvaldo Cruz, Gabriela Mistral, Octávio Periotto, Odete Ribaroli Gomes De Castro, Oscar Pereira dos Santos, Paulo Freire, Pioneiro Manuel Dias da Silva, Professor Agmar dos Santos, Professor José Marchesini, Professor Midufo Vada, Professor Milton Santos, Professora Mirian Leila Palandri, Professora Nadyr Maria Alegretti, Professora Odete Alcantara Rosa, Professor Piveni Piassi Moraes, Rosa Palma Planas e Zuleide Sanways Portes.

As três escolas que alcançaram os melhores índices nos anos da avaliação referentes ao 5º ano do Ensino Fundamental foram: Rosa Palma Planas, Professora Odete Alcântara Rosa e a Escola Mirian Leila Palandri.

No caso da Escola Municipal Rosa Palma Planas, no ano de 2007, 65% de seus alunos estavam dentro do mínimo esperado em leitura, caindo em 2009 para 60% e aumentando em 2011 para 82%. Porém, mesmo no ano de 2011 tendo essa melhora já significativa na alfabetização de seus alunos, a escola ainda tinha 18% de seus alunos não alfabetizados adequadamente.

A escola Professora Odete Alcântara Rosa ficou em segundo lugar, porém os seus índices nos anos de 2007 e 2009 não foram adequados. Em 2007, apenas 32% das crianças estavam alfabetizadas e, em 2009, eram 45%, uma trágica

realidade para a alfabetização. Já em 2011, 76% de seus alunos já haviam atingido o mínimo esperado em leitura, uma melhora até significativa, mas ainda precária.

Já a Escola Mirian Leila Palandri, que no ano de 2007, com um número assustador de 40% de alunos alfabetizados aumentando para 79% em 2009 e caindo para 73% em 2011, é um das escolas que no último ano de avaliação disponibilizado até o momento se destacou, se comparada a outras instituições. A instituição pertence ao grupo das melhores posicionadas no Ranking, mas ainda é preciso que a educação de qualidade chegue a todos os alunos ali matriculados, pois cerca de 25% dos alunos dessas escolas que então nas primeiras posições da cidade não estão aptos a ler e a escrever.

No caso do 9º ano do Ensino Fundamental das escolas municipais, é possível observar uma situação alarmante, conforme evidencia a Tabela 4.

Tabela 4: Percentual de alunos que atingiram o mínimo esperado em leitura no 9º ano das escolas municipais.

ESCOLAS MUNICIPAIS	9º ANO	
	2007	2009
1. Dep. Dr. Ulysses Guimarães	28%	39%
2. Dr. Helenton Borba Cortes	27%	32%
3. Dr. João Batista Sanches	10%	25%
4. Octávio Periotto	11%	43%
5. Pioneira Mariana Viana Dias	17%	34%
6. Prof. Agmar dos Santos	17%	37%
7. Prof. José Marchesini	21%	36%
8. Prof. Lidia Ribeiro Dutra Da Silva	30%	39%
9. Prof. Midufo Vada	30%	56%
10. Prof. Milton Santos	15%	43%
11. Prof. Nadyr Maria Alegretti	16%	36%
12. Renato Bernardi	30%	23%
13. Ruy Alvino Alegretti		20%

Fonte: QEdu, 2014.

No ano de 2009, das 13 escolas analisadas apenas uma escola alcançou o índice acima de 50% de alunos alfabetizados. No ano de 2011, as escolas

municipais de Maringá não atendiam mais a alunos do Ensino Fundamental parte 2, ou seja, do 6º ao 9º ano.

As três escolas que estão nas primeiras colocações são Professor Midufo Vada, que no ano de 2009 56% de seus alunos estavam aptos a ler, enquanto as Escolas Octávio Periotto e Professor Milton Santos, no mesmo ano, estavam com 43% de seus alunos aptos à leitura, ou seja, 57% de seus alunos ao entrar no Ensino Médio, com pelo menos 15 anos seriam analfabetos funcionais.

Os dados apresentados na Tabela 5, referentes ao nível de leitura dos estudantes maringaenses em escolas estaduais ao final do 1º ciclo do Ensino Fundamental, são preocupantes. Das 28 escolas analisadas nos anos de 2007, 2009 e 2011, referentes ao 5º ano do Ensino Fundamental, apenas 3 instituições ultrapassaram o total de 50% de alunos que atingiram o mínimo esperado em leitura, sendo elas: Colégio de Aplicação Pedagógica (CAP), Colégio Estadual Doutor Gastão Vidigal e a Escola Estadual Ipiranga.

Tabela 5: Percentual de alunos que atingiram o mínimo esperado em leitura no 5º ano das escolas estaduais.

ESCOLAS ESTADUAIS	5º ANO		
	2007	2009	2011
1. Aplicação Pedagógica (CAP) - UEM	55%	63%	62%
2. Doutor Gastão Vidigal	65%	66%	
3. Duque de Caxias	7%	44%	
4. Elvira Balane Santos		40%	
5. Ipiranga	55%	60%	63%
6. Instituto de Educação de Maringá	49%	43%	
7. João de Faria Pioli	26%	39%	39%
8. João XXIII	25%	39%	
9. Juscelino K. de Oliveira	29%	50%	
11. Marco Antônio Pimenta	40%		
12. Rodrigues Alves	61%	40%	34%
13. Santa Maria Goretti	45%	58%	
14. Silvio M. de Barros	41%	33%	
15. Tomas E. de A. Vieira	27%	40%	35%

16. Theobaldo M. Santos	19%	26%	
-------------------------	-----	-----	--

Fonte: QEdu, 2014.

No CAP, no 5º ano do Ensino Fundamental, em 2007, 55% dos alunos atingiram o mínimo esperado em leitura, aumentando em 2009 para 63%, e ficando praticamente estático em 2011, com 62%, ou seja, cerca de 40% de seus alunos não estão aptos a ler, algo que causa preocupação por se tratar de uma escola modelo da cidade de Maringá. No Colégio Estadual Doutor Gastão Vidigal, os alunos do 5º alcançaram, em 2007, o total de 65% aptos à leitura, aumentando em 2009 para 66%, porém, no ano de 2011, não há dados disponíveis para consulta. Constata-se que, portanto, um aumento de 1% do ano de 2007 para 2009, ou seja, seus índices permaneceram praticamente estáticos.

Na Escola Estadual Ipiranga, no 5º ano do Ensino Fundamental, no ano de 2007, 55% dos alunos alcançaram o mínimo em leitura e escrita, aumentando em 2009 para 60% e, em 2011, atingindo 63% de seus alunos, ou seja, em 4 anos o progresso em leitura foi de apenas 9%, o que torna esse aumento pouco significativo e nada relevante para a educação. Portanto, das 31 instituições públicas de ensino aqui analisadas, em 28 delas a maioria de seus alunos não está aprendendo a ler e a escrever.

Dessas 28 instituições, as três piores, ou seja, aquelas que obtiveram índices muito baixos referentes à leitura e escrita de seus alunos nos anos de 2007, 2009 e 2011 são: Colégio Estadual João de Faria Pioli, Colégio Estadual João XIII e o Colégio Estadual Theobaldo Miranda Santos.

A instituição que teve as piores médias de todos os colégios em leitura e escrita foi a última citada no parágrafo anterior, Colégio Theobaldo, que no ano de 2007, apenas 19% dos alunos atingiram o mínimo esperado em leitura e, em 2009, chegou a 26% de alunos aptos a ler, algo catastrófico para a educação e alfabetização maringaense e brasileira.

No Colégio Estadual João de Faria Pioli, no ano de 2007, apenas 26% dos alunos atingiram o mínimo esperado em leitura, ou seja, 74% deles podem se tornar futuros analfabetos funcionais. Mesmo que em 2009 tenha alcançado 39%, mantendo esse percentual no ano de 2011, a situação do colégio, em se tratando de alfabetização, é uma calamidade. Outro colégio que está nesse ranking dos piores colégios de Maringá é o João XXIII, que no ano de 2007 teve apenas 25% de seus

alunos alfabetizados, com um leve aumento em 2009, com 39% dos alunos dentro do padrão da alfabetização. No ano de 2011 seus dados não foram disponibilizados.

Quando falamos do 9º ano do Ensino Fundamental das escolas estaduais, a situação da alfabetização é ainda pior, o que nos leva a acreditar em um círculo vicioso, ou seja, o aluno que não estava apto a ler no 5º ano continua com essa defasagem na alfabetização, pois os resultados ruins da primeira parte do Ensino Fundamental, 5º ano, continuam se repetindo na série final, 9º ano. Podemos observar isso na **Tabela 6**.

Tabela 6: Percentual de alunos que atingiram o mínimo esperado em leitura no 9º ano das escolas estaduais.

ESCOLAS ESTADUAIS	9º ANO		
	2007	2009	2011
1. Adaile M. Leite	22%	45%	24%
2. Alberto J. Byington Jr	30%	39%	37%
3. Alfredo Moisés Maluf	20%	37%	31%
4. Aplicação Pedagógica (CAP) - UEM	43%	57%	53%
5. Branca da Motta Fernandes	22%	39%	19%
6. Brasílio Itibere	21%	34%	37%
7. Dirce A Maia	20%	18%	26%
8. Doutor Gastão Vidigal	51%	53%	55%
9. Duque de Caxias	18%	31%	21%
10. Parque Itaipu	23%	22%	32%
11. Elvira Balane Santos		44%	13%
12. Ipiranga	45%	61%	56%
13. Instituto de Educação de Maringá	39%	33%	49%
14. José Geraldo Braga	10%	37%	21%
15. João de Faria Pioli	37%	38%	48%
16. João XXIII	19%	37%	24%
17. Juscelino K. de Oliveira	27%	48%	44%
18. Marco Antônio Pimenta	31%	27%	42%
19. Presidente Kennedy	37%	17%	20%
20. Parque Itaipu	23%	22%	32%

21. Rodrigues Alves	12%	28%	19%
22. Rui Barbosa	28%	31%	10%
23. Santa Maria Goretti	34%	42%	36%
24. Silvio M. de Barros	19%	33%	26%
25. Tancredo Almeida Neves	16%	23%	28%
26. Tania V. Ferreira	11%	13%	14%
27. Tomas E. de A. Vieira	41%	44%	63%
28. Theobaldo M. Santos	23%	37%	29%
29. Unidade Polo	21%	41%	33%
30. Vital Brasil	39%	51%	54%
31. Vinicius de Moraes	16%	24%	17%

Fonte: QEdu, 2014.

As escolas com resultados acima de 50% no 9º ano do Ensino Fundamental continuam sendo praticamente as mesmas que atingiram resultados acima de 50% no 5º ano do Ensino Fundamental, são elas: Colégio de Aplicação Pedagógica (CAP), Colégio Estadual Doutor Gastão Vidigal, Escola Estadual Ipiranga, e junto a estes, o Colégio Vital Brasil. Nos anos de 2007, 2009 e 2011 o CAP alcançou, respectivamente, na avaliação em larga escala os índices de 43%, 57% e 53% de alunos capacitados em leitura e escrita. Ou seja, cerca de 40% de seus alunos ao terminar o 9º ano com idade média de 15 anos poderão ser denominados analfabetos funcionais, ou pessoas alfabetizadas funcionalmente.

O Colégio Gastão Vidigal, nos mesmos 3 anos de avaliação, 2007, 2009 e 2011, atingiu os índices de 51%, 53% e 55% de alunos aptos a ler e escrever, ou seja, uma evolução mínima de 1% ao ano, tornando-se assim um dado alarmante para a sociedade maringense.

A Escola Estadual Ipiranga atingiu o percentual de 45% em 2007, elevando-se a 61% em 2009, porém voltando a 56% em 2011, ao passo que o Colégio Vital Brasil no ano de 2007 obtém o percentual de apenas 39% de alunos aptos a ler, ou seja, 61% de seus alunos que terminaram o Ensino Fundamental não atingiram o mínimo esperado em leitura. Já no ano de 2009 o seu percentual chegou a 51% e em 2011 a 54%, tendo assim uma leve melhora em sua qualidade de educação.

É possível constatar, com base nos dados apresentados, que as escolas estaduais de Maringá não estão conseguindo levar um ensino de qualidade aos

seus alunos. Os motivos que ocasionam os problemas podem estar relacionados, entre outros fatores, à falta de preparo dos professores que atuaram nessas escolas, como também a falta de incentivo à leitura.

Quando comparados os resultados de escolas municipais Maringá em relação às escolas estaduais, os índices da rede municipal estão um pouco melhor, porém ainda com níveis de alfabetização baixos.

Na Prova Brasil de 2011, que avalia o desempenho em leitura, Maringá apresentou um alto percentual de alunos que não alcançaram o nível mínimo na competência de leitura e interpretação de textos: 40% dos que cursam o 5º ano e 70% do 9º ano não alcançaram o nível mínimo na competência de leitura e interpretação de textos. Em outros termos, 40% dos alunos do 5º ano e 70% do 9º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas de Maringá são leitores com muitas dificuldades em leitura.

Nesse sentido nos questionamos se as escolas públicas de Maringá não estariam a produzir os futuros analfabetos funcionais. No ano de 2007, 60% dos alunos do 5º ano das escolas municipais não atingiram o mínimo esperado em leitura, ficando algo ainda pior com os alunos do 9º ano. Alunos desta série obtiveram 74% de não aproveitamento mínimo esperado em leitura. Em 2009, esses números melhoraram no 5º ano, pois índice de alunos que não atingiu o mínimo esperado em leitura foi para 48% e, em 2011, para 40%. Já no caso do 9º ano, em 2009 o percentual era 63% e, em 2011, a quantidade de alunos que não alcançaram o mínimo de leitura subiu para 70%, um aumento preocupante para a educação.

Apenas 60% dos alunos do 5º ano das escolas municipais compreendem pequenos textos, enquanto 40% são leitores de baixa habilidade, e quando esses chegam ao 9º ano esse número ainda se agrava, reduzindo para 37% de alunos que atingem o mínimo esperado em leitura. Ou seja, 63% dos discentes que concluem o ensino fundamental são alfabetizados funcionalmente.

Esta alta porcentagem de alunos que não atingiram o desempenho mínimo esperado para a série em leitura nas 3 edições da Prova Brasil revela que isso é extremamente preocupante para o município, estado e para o país, tendo em vista que a educação ocupa uma importância crescente e na sociedade do conhecimento. Considerando o fato de os desempenhos em leitura alcançados pelos estudantes maringaenses nas avaliações da Prova Brasil não serem exceção no cenário da

educação brasileira, refletir-se-á, na sequência, acerca dos desafios da educação no contexto atual, o que dá legitimidade às preocupações apresentadas até aqui.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA ALFABETIZAR

O Brasil no ano de 2000 assinou um acordo no Dakar (Senegal), junto a 164 países. O acordo visa melhorar em 50% os níveis de alfabetização de adultos até 2015, estabelecendo metas como: toda criança e jovem de 4 a 17 anos deverão estar na escola, todas as crianças deverão estar alfabetizadas até os 8 anos, todo aluno deve estar com a aprendizagem adequada de acordo com o seu ano, todos os jovens com 19 anos deverão estar com o Ensino Médio concluído e todo investimento para a educação deve ser ampliado, no mínimo 5% do Produto Interno Bruto brasileiro (PIB). De acordo com o relatório feito pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Brasil está com muitas dificuldades para alcançar essas metas, enquanto outros países tiveram resultados significativos. O Brasil ocupa a 8ª posição no ranking de países com analfabetos, tendo atingido no ano de 2012 um total 13,2 milhões, número reconhecido pela UNESCO. Ou seja, 8,7% da população brasileira são pessoas analfabetas.

Um dos fatores que pode ser visto como agravante ao analfabetismo funcional é falta de um Plano Nacional de Educação para a população. Outro agravante seria a falta de clareza dos métodos que estão nos documentos oficiais como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), referência para os Ensinos Fundamental e Médio de todo o país. Estes documentos visam garantir a todas as crianças e jovens brasileiros, mesmo em locais com condições socioeconômicas desfavoráveis, o direito de usufruir do conjunto de conhecimentos reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania.

De acordo com Klein (2009 p. 19), “um sistema educacional eficaz é aquele em que os alunos aprendem e passam de ano e concluem a Educação Básica”, ou seja, as escolas Brasileiras e inclusive as de Maringá não estão cumprindo sua responsabilidade, visto que seus alunos não estão aprendendo adequadamente, portanto ela está falhando no seu papel de levar a qualidade aos alunos.

De acordo com o **Relatório final do Grupo Alfabetização Infantil**, educação e cultura são necessários que os alunos aprendam a ler:

O processo de aprender a ler consiste em adquirir uma série de habilidades que envolvem o reconhecimento de palavras escritas, bem como a decodificação e aglutinamento fonológico. À medida que a competência de leitura evolui, com a prática, a decodificação tende a tornar-se mais eficiente, e o léxico ortográfico evolui, tornando mais fácil o reconhecimento imediato da ortografia das palavras. Essa definição se sustenta no simples fato de que as correspondências grafema-fonema se constituem na essência do código alfabético greco-latino. (BRASIL, 2007, p. 27).

Aprender a ler tem um propósito, o de compreender o que está escrito de maneira autônoma, pois ler não significa a compreensão aconteça, visto que em muitos casos pessoas leem e escrevem, mas não compreendem.

Então para que ocorra a compreensão de um texto escrito, o indivíduo precisa saber ler. Capaz de ler, ele tem condições de aprender a partir do que lê, portanto é preciso que ocorra a alfabetização.

O que significa estar alfabetizado? Estar alfabetizado significa ser capaz de interagir por meio de textos escritos em diferentes situações. Significa ler e produzir textos para atender a diferentes propósitos. A criança alfabetizada compreende o sistema alfabético de escrita, sendo capaz de ler e escrever, com autonomia, textos de circulação social que tratem de temáticas familiares ao aprendiz. (BRASIL, 2007, p.17)

Pessoas que não foram devidamente alfabetizadas encontram-se em larga desvantagem na sociedade do conhecimento, pois não conseguem usufruir de todos os benefícios que a sociedade industrializada, letrada e democrática oferece. Uma pessoa alfabetizada plenamente, segundo Moreira (2003), terá maior probabilidade de ter melhores empregos e melhores salários, e, portanto, uma qualidade de vida melhor para si e sua família.

A evolução dos indicadores educacionais expressos em termos de quantidade em Maringá, se levada em consideração à qualidade que a educação deve atingir, ainda é muito baixa, e que acaba por prejudicar todo o país.

O que compromete o nosso futuro como Nação são os milhões de brasileiros matriculados no ensino fundamental, especialmente nas séries iniciais, que são incapazes de escrever uma frase ditada pelos professores ou de ler um texto e explicar o seu conteúdo. (OLIVEIRA, 2009, p. 2).

O autor aponta o analfabetismo funcional como um dos mais candentes problemas que atingem a educação no Brasil. E, com base nos resultados da Prova Brasil dos anos de 2007, 2009 e 2011 das escolas públicas de Maringá, fica claro que estão formando futuros analfabetos funcionais, fenômeno que tem sua origem no Ensino Fundamental.

Para alcançar bons resultados educacionais é preciso que haja professores qualificados e que a escola adote procedimentos pedagógicos eficazes, como revisar diariamente o material ensinado, passar dever de casa e corrigir em sala de aula todos os dias, revisão do conteúdo ensinado, avaliar frequentemente a aprendizagem, explicar os objetivos e resumir o conteúdo que será dito, passar atividades específicas para alunos com dificuldades, fazer com que o aluno pratique e faça exercícios também de forma independente, fazer com que a criança atinja um princípio alfabético para decodificar as palavras, fluência de leitura e assim o princípio ortográfico.

Considerada toda a problemática apresentada, fica clara a necessidade da implementação de Políticas Educacionais para que ocorram mudanças na qualidade da educação. Nesse sentido, cabe destacar uma urgente atenção medida aos cursos que preparam profissionais da educação, principalmente professores alfabetizadores. Faz-se necessário repensar os currículos a fim de que o ensino aconteça com qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das evidências mostradas pelos indicadores, é possível perceber que a cidade de Maringá não está conseguindo alfabetizar seus estudantes adequadamente. Além disso, foi destacado o fato de a alfabetização ser uma das etapas mais importantes da vida escolar, profissional e pessoal, pois ser alfabetizado plenamente é imprescindível para se viver adequadamente em uma sociedade do conhecimento, visto que é por intermédio da linguagem que o homem

se comunica, se expressa, tem acesso à informação, defende pontos de vista, partilha visões de mundo e produz conhecimento.

A criança que será alfabetizada necessita adquirir competências básicas para o processo de leitura e escrita, ocorre então a necessidade de despertar o gosto pela leitura. Outro fato que precisa ficar claro é que saber ler não significa que a criança compreende o que está lendo.

É necessário que a realidade da alfabetização da escola brasileira seja discutida dentro dos cursos de licenciatura, principalmente do curso de Pedagogia, uma vez que este forma os professores alfabetizadores. Por isso, recomendamos a todos os envolvidos com a educação, e, principalmente aos professores que trabalham com crianças em idade de alfabetização, que se dediquem a estudos sobre as evidências científicas para realizar o ensino do princípio alfabético e, assim, tenham êxito. Dessa maneira o quadro de alfabetização funcional pode diminuir cada vez mais.

Enfim, os dados discutidos no trabalho servem de alerta para ações que visem alterá-los. As avaliações têm a função de evidenciar os problemas, mas é imprescindível que ações sejam tomadas a fim de corrigi-los. Nesse sentido este Trabalho de Conclusão de Curso contribui de alguma maneira para pensar a educação no atual contexto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação e Cultura. Grupo de Trabalho Alfabetização Infantil: os novos caminhos. **Relatório Final**, 2ª Edição: Brasília, Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informações, Coordenação de Publicações, 2007.

INAF. Indicador de alfabetismo funcional/Brasil – 2011. Disponível em: <http://www.ipm.org.br/download/informe_resultados_inaf2011_versao%20final_12072012b.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2014.

KLEIN, Ruben; FONTANIVE, Nilma Santos. **Avaliação em Larga Escala**: uma proposta inovadora. Brasília, n.66, p.29 – 34, 1995.

MORAIS, José. **Criar leitores**: para professores e educadores. Barueri: Manole, 2013.

MOREIRA, DANIEL A. **Analfabetismo Funcional**: o mal nosso de cada dia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

OLIVEIRA, João Batista Araujo e. O presidente, o ministro e o analfabetismo. **O Estado de S. Paulo**, 22 dez. 2009. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20091222-42434-nac-1-pri-a1-not>> Acesso em: 11 jun. 2014.

QEdU. Base de dados do nível de leitura e escrita dos alunos das escolas públicas de Maringá. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/cidade/2640maringa/contexto?rede=todas>>. Acesso em: 18 jun. 2014